JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.09.06 04:06:25 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 6 de setembro de 2022 • Nº 1393 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CNC

Endividamento das famílias cresce em agosto

O endividamento das famílias com carnês e cartões de lojas de varejo e a inadimplência das famílias avançaram em agosto. O endividamento alcançou 19,4%, percentual que representa alta de 0,5 ponto percentual (p.p) se comparado ao mês anterior e de 1,2 p.p. em relação com agosto do ano passado. Já a inadimplência alcançou 29,6% do total de famílias no país, sendo o maior patamar desde o começo da série histórica em 2010. Os resultados foram divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, realizada pela entidade, o volume de endividados com estes meios de compras vem crescendo desde maio deste ano. O levantamento mostrou ainda que o aumento do indicador pode ser explicado pela procura por crédito direto no varejo . PÁGINA 2

7 DE SETEMBRO

MPF cobra de 'FA' medidas que evitem politização

O Ministério Público Federal no RJ notificou as Forças Armadas sobre medidas para evitar que as celebrações oficiais do 7 de Setembro no estado sejam confundidas com atos de campanha. A Procuradoria também cobrou formas de prevenir o envolvimento de militares em manifestações político-partidárias. Marinha e Aeronáutica têm até a manhã de quarta-feira para expor seus planos sobre como evitar a politização do ato marcado para ocorrer na praia de Copacabana. O Exército foi o único que respondeu ontem, mas não detalhou qualquer medida específica para evitar a politização dos atos. O general Sérgio da Silva, chefe do Estado-Maior do CML (Comando Militar do Leste), afirmou em ofício enviado ao MPF que os eventos marcados no Rio de Janeiro são "demonstrações cívico-militares de amor pelo Brasil e contribuem para o fortalecimento de valores e para a manutenção da unidade nacional". PÁGINA 3

VIOLÊNCIA ELEITORAL

Fachin suspende decretos de Bolsonaro que liberam armas

NELSON JR/STF

Às vésperas do 7 de setembro, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin (**foto**) determinou restrições sobre o número de armas e munições que podem ser obtidas por CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), sob o argumento de aumento do risco de violência política na campanha eleitoral. Fachin atendeu aos pedidos de forma liminar (provisória e urgente) em três ações, duas do PSB e uma do PT, contra trechos de decretos e portarias do governo Jair Bolsonaro (PL) que flexibilizavam essa possibilidade. Ele é o relator desses processos. A decisão monocrática de Fachin é mais uma com potencial para acirrar a relação do Judiciário com o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). Ela ocorre dias após o ministro Alexandre de Moraes ter determinado ação controversa contra empresários bolsonaristas que faziam parte de grupo de WhatsApp em que se defendeu golpe de Estado. PÁGINA 3

POLÊMICA

STF começa a julgar piso da enfermagem na sexta-feira

PÁGINA 2

REFINARIAS PRIVADAS

Cade investiga se Petrobras vende petróleo mais caro

PÁGINA 2

CONSERVADORISMO

DIVULGAÇÃO

Liz Truss vence e será nova primeira-ministra do Reino Unido

Mary Elizabeth Truss (foto) é a nova primeira-ministra do Reino Unido. Ela bateu seu rival Rishi Sunak em eleição na qual votaram os cerca de 160 mil membros do Partido Conservador, que tem maioria no Parlamento. Na teoria, Truss foi eleita como nova líder do partido e, na prática, para comandar o Reino Unido em um momento de grave crise econômica. A posse acontece hoje, quando a rainha Elizabeth 2ª anunciará seu nome em evento tradicional da política britânica -um pouco menos tradicional desta vez, já que a rainha estará na Escócia, onde passa o verão, e não no Palácio de Buckingham, como é usual. Antes de se tornar primeira-ministra, Truss, passou por diversos cargos no governo de seus colegas conservadores. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: 1,21% / 112.203,35 / 1.339,11 / Volume: 19.310.026.581 / Quantidade: 2.974.502

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
P.ACUCAR-CBDON NM	23.70	+9.72	+2.10
PETRORIO ON NM	29.54	+6.45	+1.79
SUL AMERICA UNT N2	25.89	+3.77	+0.94
GRUPO NATURAON NM	15.40	+3.49	+0.52
3R PETROLEUMON NM	38.570	+3.49	+1.300

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
POSITIVO TECON NM	11.63	–2.68	–0.32
MARFRIG ON NM	12.97	–2.41	–0.32
BRASIL ON NM	41.63	–2.12	–0.90
EMBRAER ON NM	13.14	–1.57	–0.21
DEXCO ON NM	10.47	–0.48	–0.05

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	33.33	–0.27	–0.09
VALE ON NM	65.22	+3.66	+2.30
PETRORIO ON NM	29.54	+6.45	+1.79
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	26.98	+1.62	+0.43
BRASIL ON NM	41.63	–2.12	–0.90

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	31.318,44	-1,07
NASDAQ Composite	11.630,864	-1,31
Euro STOXX 50	3.490,37	-1,56
CAC 40	6.093,22	-1,20
FTSE 100	7.287,43	+0,09
DAX 30	12.760,78	-2,22

Salário mínimo	R$ 1.212,00	IGP-M	-0,70% (ago.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	-0,68% (jul.)	Compra: 5,1485	Venda: 5,3285
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(3/8)	13,75%	0,15	até o dia 5/set.	Compra: 5,1680	Venda: 5,1686
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(6/9)	0,68%	BM&F/grama	R$ 282,50	Compra: 5,1529	Venda: 5,1535
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(Ago/22)	0,2409%	Compra: 5,1166	Venda: 5,1172	Compra: 5,1714	Venda: 5,3514

Economia

MERCADOS

Dólar cai para R$ 5,15 em dia de feriado nos Estados Unidos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Em dia de feriado nos Estados Unidos, o dólar caiu pela segunda vez seguida. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) subiu pela terceira sessão consecutiva, beneficiada pela recuperação das *commodities* (bens primários com cotação internacional).

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,154, com queda de R$ 0,031 (-0,59%). A cotação abriu próxima da estabilidade e caiu durante toda a sessão, até encerrar próxima das mínimas do dia. A divisa está no nível mais baixo desde a última terça-feira, quando tinha fechado em R$ 5,11.

A queda mais expressiva de ontem, no entanto, ocorreu com o euro. A moeda fechou a R$ 5,118, com recuo de R$ 0,04 (-0,83%), prejudicada pelo anúncio da Rússia de que o fornecimento de gás para o resto do continente só será retomado se as sanções econômicas impostas ao país acabarem. A notícia fez o euro ser cotado abaixo de US$ 0,99 pela primeira vez em duas décadas, no pior desempenho contra a moeda norte-americana.

No mercado de ações, o dia foi marcado pela recuperação. O Índice Bovespa (Ibovespa), fechou aos 112.203 pontos, com alta de 1,21%. O indicador foi beneficiado pela recuperação das *commodities*, que beneficiou ações de mineradoras, e pela perspectiva de que os juros no Brasil vão parar de subir, o que impulsionou papéis de empresas varejistas.

CNC

Endividamento das famílias e inadimplência crescem

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

O endividamento das famílias com carnês e cartões de lojas de varejo e a inadimplência das famílias avançaram em agosto. O endividamento alcançou 19,4%, percentual que representa alta de 0,5 ponto percentual (p.p) se comparado ao mês anterior e de 1,2 p.p. em relação com agosto do ano passado. Já a inadimplência alcançou 29,6% do total de famílias no país, sendo o maior patamar desde o começo da série histórica em 2010.

Os resultados foram divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela entidade, o volume de endividados com estes meios de compras vem crescendo desde maio deste ano.

O levantamento mostrou ainda que o aumento do indicador pode ser explicado pela procura por crédito direto no varejo das famílias de menor renda. Nos últimos quatro meses, o endividamento nos carnês para esta parcela da população cresceu 1,8 p.p. e chegou a 19,8%.

Conforme a CNC, a alta da contratação de dívidas foi mais expressiva para as famílias com rendimentos até 10 salários mínimos (1,1 p.p), do que entre as famílias de maior renda (0,9 p.p.).

A economista da CNC responsável pela Peic, Izis Ferreira, afirmou que a melhora no mercado de trabalho e as políticas de transferência de renda mais robustas têm favorecido os rendimentos das famílias nas faixas mais baixas, mas elas enfrentam dificuldades. "A inflação em nível ainda elevado desafia o poder de compra desses consumidores. O crédito tem sido uma forma importante para eles sustentarem o consumo", disse.

ANUAL

No ano, a alta no endividamento direto em lojas do varejo é de 0,7 p.p. entre as famílias com até 10 salários de rendimento mensal. Já nas famílias consideradas mais ricas, cresceu 3 p.p.. A Peic também apontou, que no mesmo período, o público masculino está mais endividado nos carnês (19,5%) do que o feminino (18,8%). "A proporção de homens que contrataram crédito direto operado pelo varejo cresceu 2,3 p.p. em um ano; esse número caiu 1,1 p.p. entre as mulheres", acrescentou a CNC.

No último quadrimestre, a maior proporção do endividamento em carnês do varejo ocorreu junto com a redução de endividados no cartão de crédito (de 3,2% p.p.). As duas modalidades têm forte associação ao consumo no comércio varejista.

Para o presidente da CNC, José Roberto Tadros, o movimento é provocado pela busca de compras com crédito mais barato "As famílias estão buscando alternativas de crédito mais baratas por conta da elevação dos juros, e o cartão de crédito foi o tipo de dívida com a segunda maior alta dos juros médios em um ano até junho, 17 pontos percentuais, segundo dados do Banco Central", observou.

ENDIVIDAMENTO

Ainda em agosto, o percentual de famílias que relataram ter dívidas a vencer no cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa chegou a 79% do total dos lares no Brasil. "O crescimento da proporção de endividados acelerou na passagem mensal, com aumento de 1 ponto percentual. Em relação a agosto do ano passado, a proporção de endividados apontou alta de 6,1 p.p.", informou a entidade.

A proporção de mulheres e homens endividados é maior em agosto, com avanço mensal mais expressivo para os homens (1 p.p.). No entanto, segundo a economista da CNC responsável pela Peic, no período de julho a agosto houve elevação no endividamento das mulheres. "Entre o público feminino, o volume de mulheres endividadas aumentou 0,5 p.p. entre julho e agosto; no intervalo de um ano, no entanto, as mulheres contrataram mais dívidas do que os homens, uma vez que a alta do endividamento foi maior para elas", apontou.

INADIMPLÊNCIA

Pelo segundo mês consecutivo, subiu o volume de consumidores que atrasaram o pagamento de contas de consumo ou de dívidas. A segunda alta seguida, que em agosto atingiu 29,6% do total de famílias no país, ocorreu depois da inadimplência se manter moderada entre abril e junho, com o reflexo das medidas de injeção de renda extra, como os saques do FGTS e a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS.

ARBITRAGEM

Movimento contra projeto que muda lei ganha apoio da Fiesp

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

A Fiesp e o Ciesp assinaram na semana passada uma nota de apoio ao CBAr (Comitê Brasileiro de Arbitragem) contra um projeto de lei que altera a mediação em processos judiciais.

Outras 38 organizações, incluindo a OAB, Amcham, FGV e institutos do direito do país endossam a posição do comitê.

Em tramitação na Câmara dos Deputados, o texto limita a quantidade de processos em que um árbitro pode atuar, sendo no máximo dez casos ao mesmo tempo. A ideia do projeto é romper com uma possível concentração de mercado. O texto também cria um dispositivo que obriga a Câmara de Arbitragem a publicar a composição dos tribunais arbitrais, o valor e o mérito da disputa.

Assim que a mediação for encerrada, propõe o projeto de lei, a íntegra da sentença deverá ser divulgada, e o processo só segue em sigilo se a parte apresentar uma justificativa. A CBAr afirma que sem essa confidencialidade, informações sigilosas de empresas podem ficar expostas no mercado, porém a deputada Margarete Coelho (PP-PI), autora do projeto, diz que essa é uma forma de criar jurisprudência dentro da arbitragem e deixar o sistema transparente.

Um requerimento de urgência aguarda para ser votado nos próximos dias, o que atropelaria a discussão do tema na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara.

POLÊMICA

STF começa a julgar na sexta-feira ação sobre piso para enfermagem

PAULO ROBERTO NETTO E GABRIELA VINHAL/FOLHAPRESS

O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) marcou para a próxima sexta-feira o julgamento da decisão do ministro Roberto Barroso (**foto**) que suspendeu a lei que criou o piso nacional de enfermagem. Os ministros devem decidir se validam ou não a decisão proferida pelo magistrado no domingo passado.

A sessão será no plenário virtual, ambiente em que não há debate entre os ministros, e deverá durar até o dia 16 de setembro. O julgamento pode ser suspenso a qualquer momento caso algum magistrado peça vista (mais tempo de análise) ou destaque, instrumento que leva a discussão para as sessões presenciais.

A decisão de Barroso atendeu a um pedido da CNSaúde (Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos de Serviços), que afirma que a lei é "inexequível" por não considerar desigualdades regionais e cria distorção remuneratória em relação aos médicos, além de gerar o aumento do desemprego entre os enfermeiros.

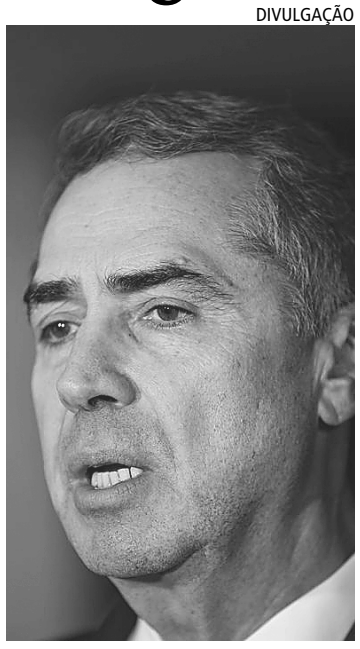
Para Barroso, embora seja inquestionável a relevância da valorização da categoria, é preciso atentar sobre os "eventuais impactos negativos" da adoção dos pisos uma vez que o Legislativo e o Executivo não tomaram providências para absorver os custos dos novos salários na rede de saúde.

REAÇÃO DO CONGRESSO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), irá se reunir com Barroso nesta terça-feira para discutir essa decisão e a lei do piso.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também procurou Barroso para tratar do assunto. Segundo interlocutores, ele ligou hoje (5) para Barroso pedindo que o magistrado recebesse as deputadas Carmen Zanotto (Cidadania-SC), relatora do texto na Câmara, e Alice Portugal (PCdoB-BA), que integrou o grupo de trabalho criado para discutir a proposta.

DIVULGAÇÃO



REFINARIAS PRIVADAS

Cade vai investigar se Petrobras vende petróleo mais caro

LUCAS MARCHESINI/FOLHAPRESS

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) abriu um inquérito administrativo para apurar se a Petrobras está cobrando mais caro pelo petróleo vendido a refinarias privadas. A suspeita do órgão é que a estatal estaria favorecendo unidades próprias. A decisão foi tomada ontem pela autoridade antitruste e foi assinada pelo superintendente-geral do órgão, Alexandre Barreto. "Verifica-se que poderia haver indícios de eventuais práticas discriminatórias relacionadas aos preços de venda do petróleo", diz a nota técnica que embasou a decisão.

Procurada, a Petrobras afirmou que "atua em total conformidade com a legislação vigente e segue à disposição para apresentar os dados e esclarecimentos pertinentes ao Cade".

Acordo assinado entre o Cade e a estatal em 2019 determinou que a Petrobras venderia parte das refinarias que opera no Brasil. A primeira unidade foi vendida no ano passado .

BENEFÍCIOS

Lei amplia pente-fino do INSS e libera revisão de benefício a distância

CRISTIANE GERCINA/FOLHAPRESS

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) poderá ampliar o pente-fino nos benefícios por incapacidade, com a inclusão do auxílio-acidente na lista dos que podem ser revisados e cortados pelo órgão, e fazer a revisão a distância, conforme autoriza a lei 14.441, publicada nesta segunda-feira passada no Diário Oficial da União.

A nova legislação torna permanente a possibilidade de concessão do auxílio-doença sem perícia presencial, apenas com o envio do atestado médico, e amplia as atividades automáticas do instituto, com o recurso automático contra corte do benefício e corte a distância de benefício por incapacidade.

A liberação do auxílio-doença com análise de documentos é uma forma de o INSS tentar diminuir a fila de espera por perícia, que é de cerca de 1 milhão de segurados. A medida já havia sido utilizada no auge da pandemia de coronavírus, quando o atendimento presencial foi totalmente suspenso por alguns meses, e voltou a ser utilizada em julho deste ano.

Segundo Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), a lei prevê que haverá ato normativo do Ministério do Trabalho e Previdência determinando em que situações o segurado poderá utilizar a concessão do benefício sem perícia presencial.

Atualmente, é possível solicitar o auxílio-doença enviando o atestado médico por meio do aplicativo Meu INSS para casos em que o afastamento seja de até 90 dias e desde que não se trate de acidente de trabalho. Nos demais casos, é necessário agendar exame médico presencial.

Para o advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista do jornal Folha de S.Paulo, é benéfico para o segurado ter a opção de pedir o auxílio sem perícia.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3556-3030 96865-1628

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 22º 12º 85% 06:11 17:56 **INVERNO:** Sol com algumas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

VIOLÊNCIA ELEITORAL

Fachin suspende decretos de armas de Bolsonaro

JOSÉ MARQUES E RAQUEL LOPES/FOLHAPRESS

Às vésperas do 7 de setembro, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Edson Fachin determinou restrições sobre o número de armas e munições que podem ser obtidas por CACs (caçadores, atiradores e colecionadores), sob o argumento de aumento do risco de violência política na campanha eleitoral.

Fachin atendeu aos pedidos de forma liminar (provisória e urgente) em três ações, duas do PSB e uma do PT, contra trechos de decretos e portarias do governo Jair Bolsonaro (PL) que flexibilizavam essa possibilidade. Ele é o relator desses processos.

A decisão monocrática de Fachin é mais uma com potencial para acirrar a relação do Judiciário com o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ela ocorre dias após o ministro Alexandre de Moraes ter determinado ação controversa contra empresários bolsonaristas que faziam parte de grupo de WhatsApp em que se defendeu golpe de Estado.

Neste final de semana, Bolsonaro se referiu a Moraes como "vagabundo" durante um discurso. Sem mencionar o nome do ministro, que também é presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ele classificou dessa forma quem "dá a canetada" após ouvir relato sobre uma conversa escutada "atrás da árvore", referência ao vazamento dos diálogos do grupo de empresários.

Em sua decisão de ontem, Fachin também fixou uma tese de que a posse de armas só pode ser autorizada a pessoas que demonstrem "efetiva necessidade" do uso desses equipamentos, como era antes do governo Bolsonaro.

Pelos decretos do atual presidente, essa efetiva necessidade continuava em vigor por constar no Estatuto do Desarmamento, mas a veracidade dela passou a ser presumida -ou seja, com isso, a simples declaração virou documento suficiente para comprovação.

A comprovação da efetiva necessidade era a única forma que a Polícia Federal tinha, após analisar os pedidos, para eventualmente negar os que não se adequavam aos requisitos. Na atual gestão, o procedimento ficou meramente burocrático.

É pela Polícia Federal que o cidadão comum pode ter a posse de arma para defesa pessoal. Também são liberadas pelo órgão as armas da Polícia Civil, guarda municipal, caçador de subsistência, servidor público, segurança privada e lojas de armas.

No Brasil, as armas são liberadas pela PF e pelo Exército. Na Força, ficam registradas armas de CACs, das Forças Armadas e o armamento particular de militares (incluindo policiais e bombeiros).

Um mote da gestão de Bolsonaro tem sido a facilitação da compra de armas pela população. O governo federal já editou 19 decretos, 17 portarias, duas resoluções, três instruções normativas e dois projetos de lei que flexibilizam as regras de acesso a armas e munições.

Na sua gestão, além de estimular o cidadão comum a se armar, Bolsonaro deu acesso à população a calibres mais poderosos.

Esses pedidos já vinham sendo julgados no plenário virtual do Supremo, mas o ministro Kassio Nunes Marques pediu vista (mais tempo para análise) em setembro do ano passado e paralisou as ações.

Os partidos então pediram que o ministro concedesse decisões liminares aos pedidos, porque se tratavam de assuntos urgentes.

Fachin decidiu, então, conceder as liminares, sob o argumento de se passou mais de um ano do início do julgamento e há essa necessidade "à luz dos recentes e lamentáveis episódios de violência política".

"Noutras palavras, o risco de violência política torna de extrema e excepcional urgência a necessidade de se conceder o provimento cautelar", afirmou o ministro.

7 DE SETEMBRO

MPF cobra das Forças Armadas medidas para evitar politização

ITALO NOGUEIRA/FOLHAPRESS

O Ministério Público Federal no RJ notificou as Forças Armadas sobre medidas para evitar que as celebrações oficiais do 7 de Setembro no estado sejam confundidas com atos de campanha.

A Procuradoria também cobrou formas de prevenir o envolvimento de militares em manifestações político-partidárias. Marinha e Aeronáutica têm até a manhã de quarta-feira para expor seus planos sobre como evitar a politização do ato marcado para ocorrer na praia de Copacabana.

O Exército foi o único que respondeu ontem, mas não detalhou qualquer medida específica para evitar a politização dos atos.

O general Sérgio da Silva, chefe do Estado-Maior do CML (Comando Militar do Leste), afirmou em ofício enviado ao MPF que os eventos marcados no Rio de Janeiro são "demonstrações cívico-militares de amor pelo Brasil e contribuem para o fortalecimento de valores e para a manutenção da unidade nacional".

"Eventuais matérias veiculadas nos meios de comunicação não podem desvirtuar tal natureza e tampouco atribuir às instituições um papel que não lhes é próprio", afirma o general no documento.

O CML afirma ainda que as atividades previstas foram determinadas pelo Ministério da Defesa, cabendo ao comando de área apenas o planejamento da missão recebida. A programação prevê oito horas de evento, com salva de tiros de canhão, saltos de paraquedistas, exibição da Esquadrilha da Fumaça e a presença do presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

O atual chefe do Executivo tem feito convocações para os eventos do Bicentenário da Independência, numa tentativa de transformar as celebrações em um termômetro do apoio popular ao seu governo.

A notificação da Procuradoria não se refere a atos do presidente, responsabilidade do procurador-geral da República, Augusto Aras. A cobrança, assinada por três procuradores que atuam no Rio de Janeiro, foca a atuação do CML, do 1º Distrito Naval e do 3º Comando Aéreo Regional.

VOTO DE CABRESTO

Empresária fascista do agro-fascista manda demitir quem votar no Lula

JOÃO PEDRO PITOMBO/FOLHAPRESS

Uma empresária do setor agropecuário com atuação na cidade de Luís Eduardo Magalhães, oeste da Bahia, conclamou em uma rede social que os demais empresários demitissem funcionários que fossem votar no candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Eu queria falar algo para os nossos agricultores: façam um levantamento, quem vai votar no Lula e demitam. Demitam sem dó porque não é uma questão de política, é uma questão de sobrevivência. E você que trabalha com o agro e que defende o Lula, faça o favor, saia também", afirmou no vídeo a empresária Roseli Vitória Martelli D'Agostini Lins.

Na sequência, ela critica empresários do agronegócio que votam em Lula para presidente e também os que vão votar no ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil) para governador.

"Nós, agricultores, temos que tomar posição. E não venham me dizer 'ah, não, tem que [respeitar] o direito'. Não é direito, é questão de sobrevivência".

A empresária é sócia da Imbuia Agropecuária LTDA, empreendimento que atua na produção de soja em Luís Eduardo Magalhães e associada da Aiba (Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia).

Após a divulgação do vídeo, o Ministério Público do Trabalho na Bahia instaurou um inquérito civil para investigar a possível ocorrência de assédio eleitoral em declarações da empresária.

A Promotoria vai notificar a autora das declarações para prestar esclarecimentos sobre o caso, que pode resultar em medidas extrajudiciais e judiciais.

Na apreciação prévia do MPT, a procuradora responsável pelo caso destacou que que as declarações "extrapolam o âmbito da opinião, ultrapassando o limite da liberdade de expressão" por reprimir o exercício da liberdade de voto de empregados do setor do agronegócio.

FAKE NEWS

TSE manda Eduardo apagar posts que ligam Lula a invasão de igrejas

A ministra Cármen Lúcia, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), determinou ontem a remoção de publicações do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) que associam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a invasão de igrejas.

Cármen atendeu a pedido da coligação de Lula. Em 19 de agosto, Eduardo publicou no Twitter, Facebook e Instagram uma montagem afirmando que "Lula e PT apoiam invasões de igrejas e perseguição de cristãos".

Na mesma imagem, há recortes de notícias sobre a perseguição de religiosos na Nicarágua e de declarações do PT e de Lula sobre o presidente Daniel Ortega.

A campanha de Lula argumentou ao TSE que as notícias foram retiradas de contexto.

A publicação "deturpou e descontextualizou quatro notícias a fim de gerar a falsa conclusão, no eleitor, de que o ex-presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores apoiam invasão de igrejas e a perseguição de cristãos", afirmou a ação. Cármen considerou que as publicações de Eduardo não são "críticas políticas ou legítima manifestação do pensamento". "O que se tem é mensagem ofensiva à honra e imagem de pré-candidato à presidência da República, com divulgação de informação sabidamente inverídica", afirmou a ministra.

Ela determinou que as redes sociais apaguem as publicações em 24 horas.

SUZANE

A ministra do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Maria Claudia Bucchianeri exigiu que sejam excluídas imediatamente publicações com imagens falsas que ligam o ex-presidente e candidato à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a Suzane von Richthofen.

Suzane von Richthofen ficou conhecida nacionalmente após ter participado do homicídio dos pais, em 2002, quando tinha 18 anos. O crime foi executado com a participação dos irmãos Daniel e Cristian Cravinhos. Em 2006, ela foi condenada a 39 anos e seis meses de reclusão. Hoje, ela cumpre pena em regime semiaberto.

CRIME SEM CASTIGO

Juiz alvo de 96 denúncias de assédio volta ao trabalho

RAFAELA POLO/UOL/FOLHAPRESS

No começo do mês de junho, Marcos Scalercio, 41, juiz da Justiça do Trabalho de São Paulo, foi alvo de diversas denúncias de assédio sexual. O Me Too Brasil contabilizou 96, sendo seis delas de estupro. Contudo, após um período de 20 dias de férias ele retornou ao trabalho ontem, em São Paulo.

Antes das denúncias, além de ser professor de um cursinho preparatório para o exame da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Marcos atuava no Fórum Trabalhista da Barra Funda. A reportagem entrou em contato com o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que além de confirmar o retorno do trabalho do magistrado, ainda confirmou que ele "foi designado para atuar no Fórum Trabalhista da Zona Sul, auxiliando em processos que estão em fase de execução".

Em nota, o Me Too Brasil atualizou a quantidade de denúncias que elas, junto com o Projeto Justiceiras, já receberam sobre o caso. "Foram recebidos pela organização e pelo Projeto Justiceiras até esta segunda-feira, 96 relatos de assédio e de violência sexual por meio das redes de atendimento das entidades. Desses, 26 casos foram encaminhados pelo Projeto Justiceiras ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Outros 70 foram relatos encaminhados pela rede de escuta do Me Too Brasil."

Entre esses relatos, seis são de estupro. "Entre os relatos, seis (6) são de estupros. Nessas denúncias, duas (2) vítimas de violência já foram ouvidas pelo Ministério Público de São Paulo e os casos de outras duas (2) foram encaminhados ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Um (01) caso de estupro não foi ouvido pela Justiça e outra vítima não quis formalizar a denúncia", diz a nota do Me Too Brasil.

A organização enviou um documento ao Conselho Nacional de Justiça com diversos dos relatos recebidos contra o juiz, e, frente a gravidade dos relatos, espera que ele seja afastado de suas funções. "Aguardamos que o caso seja exemplar no combate ao assédio e violência sexual praticada cotidianamente contra as mulheres nos ambientes de trabalho e por agressores que abusam de suas posições de poder", completa a nota.

GARANHÃO

Logo que as primeiras denúncias vieram à tona, a reportagem conversou com Larissa (nome alterado a pedido da entrevistada), que foi aluna de Marcos no cursinho preparatório da OAB. Segundo ela, o professor chegou a perguntar se ela era solteira e se tinha filhos, além de mandar diversas mensagens e se oferecer para dar carona para ela em um dia de visita ao fórum.

Após rejeitar as investidas, Larissa diz ter ouvido que "não tinha potencial" para um homem como ele. "Falando em bom português, ele me disse que eu não era mulher para aguentar o pau dele", relatou à reportagem.

"Ele começou a me chamar no Instagram e eu passei a ignorá-lo. Então, ele começou a falar que eu dava em cima de todos os professores do Damásio, este tipo de coisas. Foi quando eu comecei a tirar prints e falei que estava fazendo isso e que eu divulgaria aquilo se ele não parasse com aquela história. Ele se sentiu ameaçado e nunca mais me enviou mensagem", contou.

CULTURA

Museu do Ipiranga reabre com Villa-Lobos e 800 convidados

NAIEF HADDAD/FOLHAPRESS

Depois de 3.385 dias de portas fechadas, o Museu do Ipiranga, um dos mais importantes do país, reabre hoje em um evento para cerca de 800 convidados em São Paulo.

O último dia de funcionamento foi 3 de agosto de 2013. Só em 2017, no entanto, foi realizado o concurso para definir o projeto de restauro, e as obras começaram efetivamente em novembro de 2019.

Além da restauração do prédio antigo, o chamado edifício-monumento, um novo setor foi construído, dobrando a área da instituição fundada em 1885.

O início da cerimônia de reabertura está previsto para 19h, com a interpretação do hino nacional pela Osusp (Orquestra Sinfônica da USP) na esplanada, em frente ao edifício-monumento.

Os pronunciamentos das autoridades acontecerão em seguida. Em nome da USP, que administra a instituição, devem falar o reitor, Carlos Gilberto Carlotti Junior, e a diretora do museu, Rosaria Ono. Um porta-voz dos patrocinadores também vai discursar.

O evento terá ainda falas de representantes dos governos federal e estadual. Cerca de dois terços do orçamento das obras, R$ 235 milhões, são oriundos de incentivo federal via Lei Rouanet. O restante veio de aportes do governo estadual, da USP e do patrocínio direto de empresas. Além disso, foram gastos R$ 19 milhões no restauro do jardim francês, obra completamente custeada pela administração estadual.

A reinauguração que estava inicialmente prevista para 7 de setembro, mas foi antecipada para o dia 6 para evitar que manifestações políticas prejudiquem o evento.

No dia, 7, o museu abrirá às 11h apenas para famílias dos operários que trabalharam ao longo dos três anos de obras e para estudantes e professores de escolas públicas. No dia 8, a instituição, enfim, poderá ser visitada pelo público em geral –os ingressos, que podiam ser obtidos gratuitamente pela plataforma Sympla, já estão esgotados para este primeiro dia.

O museu vai exibir em torno de 3.700 itens -entre pinturas, esculturas, fotos, objetos, relíquias arqueológicas- divididas em 11 exposições. "Independência ou Morte", a controvertida pintura de Pedro Américo, integra a mostra "Uma História do Brasil", que compreende o hall, a escadaria principal e o salão nobre

Outro destaque é a maquete de gesso que representa a cidade de São Paulo em 1841, parte da exposição.

Diário do Acionista Tels.: (11) 2655-1899

INVERNO: Sol com poucas nuvensao amanhecer. Noite nublada. Manhã Tarde Noite 25º 14º 5% 05:59 17:43

SÃO GONÇALO

Justiça faz primeira audiência sobre morte de garoto João Pedro

BRUNA FANTTI/FOLHAPRESS

A Justiça do Rio de Janeiro realizou ontem a primeira audiência de instrução e julgamento sobre o caso do adolescente João Pedro Matos Pinto, 14, morto com um tiro de fuzil dentro da casa de um tio durante operação das polícias Federal e Civil no Complexo do Salgueiro em São Gonçalo, na região metropolitana, em maio de 2020. Em fevereiro, três policiais civis viraram réus pela morte.

Foram ouvidas as testemunhas da acusação, como os amigos que estavam na casa e o pai de João Pedro, Neilton Pinto. Também prestaram depoimento os delegados e policiais federais que, segundo a Defensoria Pública, não teriam preservado o local do crime.

O Ministério Público denunciou os policiais em dezembro sob acusação de homicídio duplamente qualificado e fraude processual (alteração da cena do crime), após uma apuração paralela, e a denúncia foi acatada no último dia 25 pela juíza Juliana Grillo El-jaick, titular da 4ª Vara Criminal da cidade.

Essa é a primeira etapa do julgamento, que deverá ser marcado para 2023. A Justiça ainda vai decidir se os agentes denunciados irão a júri popular ou não. O nome de João Pedro foi lembrado no Rock in Rio, no sábado passado, durante homenagem no show dos Racionais MC's a pessoas negras assassinadas.

Os três policiais civis que se tornaram réus -Mauro José Gonçalves, Maxwell Gomes Pereira e Fernando de Brito Meister- respondem em liberdade. A reportagem não localizou a defesa dos policiais.

Ao investigar o crime, a Polícia Civil concluiu o inquérito indiciando os agentes por tentativa de homicídio culposo (sem intenção), já que não foi possível identificar de qual arma partira o tiro que matou o adolescente.

O entendimento do Ministério Público, porém, foi diferente. A denúncia afirma que o crime foi cometido por motivo torpe, pelo fato de os denunciados terem "agido ofensivamente para matar" criminosos que presumiram estar no local sem que houvesse, de fato, qualquer reação armada ou resistência.

As seis testemunhas presentes dizem que, após um helicóptero sobrevoar o terreno, os agentes invadiram a residência atirando, apesar de elas terem gritado que havia crianças no local.

A versão dos policiais é de que criminosos tentaram fugir pulando o muro do imóvel e João Pedro foi atingido no confronto. Também sustenta que os agentes utilizaram recurso que dificultou a defesa da vítima, uma vez que eles ingressaram inesperadamente na casa e que "gozavam de ampla e irrestrita superioridade de meios e recursos".

Em junho deste ano, o governo do Rio foi condenado a pagar uma pensão indenizatória à família do jovem. A Justiça determinou o pagamento mensal de 2/3 do salário mínimo aos parentes.

O valor deveria ser dividido igualmente entre o pai e a mãe do adolescente, até a data que ele completaria 25 anos. Além disso, o estado deverá pagar um terço do salário mínimo aos pais até a data que o jovem completaria 65 anos.

A Procuradoria Geral do Estado, no entanto, recorreu da medida. O Estado aguarda a decisão sobre o recurso.

CONSERVADORISMO

Liz Truss vence e será nova 1ª ministra do Reino Unido

IVAN FINOTTI/FOLHAPRESS

Mary Elizabeth Truss é a nova primeira-ministra do Reino Unido. Ela bateu seu rival Rishi Sunak em eleição na qual votaram os cerca de 160 mil membros do Partido Conservador, que tem maioria no Parlamento. Na teoria, Truss foi eleita como nova líder do partido e, na prática, para comandar o Reino Unido em um momento de grave crise econômica.

A posse acontece hoje, quando a rainha Elizabeth 2ª anunciará seu nome em evento tradicional da política britânica -um pouco menos tradicional desta vez, já que a rainha estará na Escócia, onde passa o verão, e não no Palácio de Buckingham, como é usual.

Antes de se tornar primeira-ministra, Liz Truss, como é comumente conhecida, passou por diversos cargos no governo de seus colegas conservadores. Com Boris Johnson (2019-2022) foi secretária do Comércio Internacional e, desde o ano passado, atuava como secretária das Relações Exteriores.

Com Theresa May (2016-2019), chefiou as pastas da Justiça e do Tesouro. Já com David Cameron (2010-2016), estava à frente do Ambiente. Nesse último cargo, Truss contrastou com seu antecessor ao dizer que acreditava na mudança climática sobre a qual os cientistas alertam e também que a humanidade estava contribuindo para o aquecimento.

Aos 47 anos, Truss inicia seu governo às vésperas da "catástrofe de inverno", que é como os britânicos estão chamando as consequências da crise de energia ocasionada pela Guerra da Ucrânia. Espera-se que as contas de luz que custavam uma média anual de £ 2.000 (R$ 12 mil) pulem para £ 3.600 (R$ 21,5 mil). O aumento de 80%, aliado à inflação, pode causar mortes e sofrimento no segundo semestre, com famílias sendo obrigadas a escolher entre cozinhar ou aquecer a casa, em temperaturas médias entre 4°C e 9°C.

Truss foi severamente criticada durante a recente campanha por não se aprofundar sobre o tema, dizendo vagamente que não acreditava em fazer doações -em referência à possibilidade de o governo oferecer benefícios em assistência às famílias. Membros de seu próprio partido vieram a público para criticá-la.

Em junho, a atual inflação do Reino Unido ultrapassou a média anual de 10% pela primeira vez desde 1982, quando os países eram governados pela também conservadora Margaret Thatcher (1979-1990). Sempre comparada à antiga primeira-ministra, Truss já rebateu as comparações. "Margaret Thatcher foi há muito tempo. Temos novas batalhas para vencer. Minha filosofia pessoal é dar às pessoas a oportunidade de tomarem suas próprias decisões."

Outra cobrança feita a Truss foi a mudança de posição em relação ao brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, oficializada por Boris em janeiro de 2020. Quando as pesquisas indicavam apoio da população à manutenção do Reino Unido no bloco, ela atuou a favor disso, mas mudou de ideia justamente quando as pesquisas tenderam à saída.

Casada e mãe de duas filhas, Truss citou seus pais em um debate na TV em julho. Ela não é exatamente o que se pode chamar de orgulho da família: na verdade, seus pais ficaram horrorizados quando a filha se juntou ao Partido Conservador. "Fui criada num ambiente bastante de esquerda", disse ela ao jornal The Guardian em 2009. Nascida em 1975, Truss cresceu em Leeds, importante cidade industrial do norte da Inglaterra.

Priscilla Truss, mãe da nova primeira-ministra, fazia parte de uma ONG que lutava pelo desarmamento de bombas atômicas pelas superpotências. A menina, inclusive, participou de passeatas antinucleares na juventude, levada pela mãe. Mas mãe é mãe, e quando ela se candidatou ao Parlamento pela primeira vez, pelo Partido Conservador, Priscilla concordou em ajudar a filha na campanha.

Já o pai, John Kenneth, um professor universitário de matemática, negou-se a participar. Quando um colega de Kenneth soube da filiação de Elizabeth, enviou um email dizendo: "Vi que sua filha se tornou uma t*", brincando com a ideia de que "tory" -apelido dos conservadores no Reino Unido- seria um palavrão feio demais para se escrever.

ARGENTINA

Juíza quer saber quem apagou dados de brasileiro que atacou Cristina

A informação de que o celular de Fernando Andrés Sabag Montiel, preso por tentar atirar contra a vice-presidente Cristina Kirchner, teve os dados apagados enquanto estava sob análise da polícia gerou um escândalo na Argentina, com atritos entre duas divisões das forças de segurança e a convocação de peritos pelo tribunal que cuida do caso.

Montiel, um brasileiro de 35 anos com antecedentes criminais, foi preso após tentar atirar contra o rosto de Cristina quando ela chegava em casa, no bairro da Recoleta, em Buenos Aires, na quinta-feira passada.

Segundo os jornais La Nación e El Clarín, após uma série de tentativas frustradas de desbloquear o celular que estava com ele, da marca Samsung, a Polícia Federal enviou o aparelho para a Polícia de Segurança Aeroportuária (PSA), que informou ter softwares mais modernos para acessar informações.

Quando os peritos da PSA conseguiram abri-lo, porém, teria surgido a mensagem "telefone resetado de fábrica", o que significa que os dados foram apagados da memória do celular.

A investigação do conteúdo do telefone de Sabag foi ordenada pela Justiça para apurar se ele agiu individualmente ou como parte de uma organização.

Ontem, especialistas em tecnologia da Polícia Federal e da Polícia de Segurança Aeroportuária foram convocados com urgência pela juíza María Eugenia Capuchetti, responsável pelo caso, para determinar se o conteúdo pode ser recuperado.

Confiscado na noite de quinta-feira após a prisão de Sabag Montiel, o celular ficou guardado inicialmente no cofre do tribunal e depois teria sido levado em um carro, sob escolta, para o laboratório da PSA.

Fontes disseram ao La Nación que o aparelho estava em um envelope e no modo avião, para que não recebesse interferências. A PSA afirmou que recebeu o celular já formatado, como se fosse novo, sem nenhum dado armazenado.

Ontem, o ministro da Segurança, Aníbal Fernández, negou que a Polícia Federal tenha manipulado o celular. O ministro disse ainda que os protocolos de segurança foram cumpridos no dia da tentativa de ataque, mas acrescentou que "a primeira coisa" que fez após o ocorrido foi colocar sua renúncia à disposição do presidente Alberto Fernández.

Em entrevista à rádio El Destape, Horacio Pietragalla, secretário de Direitos Humanos do governo, descreveu o evento como "catastrófico".

TJ-RJ

Justiça abre mais duas varas especializadas em crime organizado

AKEMI NITAHARA/ABRASIL

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) inaugurou ontem as 2ª e 3ª Varas Especializadas em Organizações Criminosas, para julgar os crimes previstos na Lei de Organização Criminosa, Lei de Lavagem de Bens e do artigo 288-A, sobre milícias.

A meta é dar celeridade aos processos dos crimes de milícia, lavagem de dinheiro e corrupção, além de evitar que os juízes de fóruns e comarcas em geral sejam ameaçados por grupos criminosos, centralizando a análise e julgamento desses crimes na capital.

O presidente do TJRJ, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, explicou que, com as novas varas, a justiça estadual terá nove magistrados para cuidar dos processos, todos reunidos em um só cartório, agilizando a tramitação.

"A Justiça está atenta às demandas sociais. Teremos uma estrutura maior e melhor, com juízes de primeira linha, e seremos muito eficientes no nosso dever. Esse é um passo muito importante para enfrentarmos as organizações criminosas, que estão solapando nossa base social. É um avanço substancial, fruto de um trabalho espetacular e produtivo da 1ª Vara Especializada", explicou Figueira.

Para agilizar os processos, também foram criadas a Central de Processamento Criminal (CPC), com estrutura própria para atender aos três juízos, e o Núcleo para Análise de Provas Técnicas (Napt), que conta com um corpo especializado para as serventias especiais.

A 1º Vara Especializada em Organizações Criminosas do TJRJ foi inaugurada há três anos, com o nome de 1ª Vara Criminal Especializada da Capital. A Resolução OE 20/2022, publicada no dia 21 de junho, que criou as duas novas varas especializadas, também renomeou a primeira.

De acordo com o TJRJ, a 1ª Vara Especializada tem atualmente um acervo de aproximadamente mil processos, sendo 225 deles sigilosos. São distribuídos por mês cerca de duzentas ações, com uma média de 50 mil folhas por processo, uma centena de acusados e investigados e mais de 60 advogados envolvidos em cada uma. A serventia realiza em torno de 30 audiências por mês e o cartório extrai mais de três mil diligências.

As novas varas foram criadas com a conversão de outras unidades, aproveitando os cargos de Juiz de Direito e demais funcionários da Serventia. A 2ª Vara Especializada em Organização Criminosa veio da transformação do XII Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Nova Friburgo e a 3ª tem origem no X Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Vassouras.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2022

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 57/2022 no dia 20/09/2022 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos e insumos para a saúde (ÁCIDO NÍTRICO 7%, FRASCO 1L, ALCOOL ETILICO ABSOLUTO ESTERIL - AMPOLA 10ML, ALPROSTADIL (PROSTAGLANDINA E1) 250 MCG INJETÁVEL, AZUL DE METILENO 10MG/ML INJETÁVEL, CAPTOPRIL 5MG/ML SOLUÇÃO OU SUSPENSÃO ORAL, ESPIRONOLACTONA 2MG/ML SOLUÇÃO OU SUSPENSÃO ORAL, FUROSEMIDA 10 MG/ML SOLUÇÃO OU SUSPENSÃO ORAL, HIDROCLOROTIAZIDA 2MG/ML SOLUÇÃO OU SUSPENSÃO ORAL e etc). Processo nº. 33409.003680/2022-01. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2022

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 67/2022 no dia 19/09/2022 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar (CATETER NASAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS 110 CM, SONDA TRATO DIGESTIVO, ORO OU NASOGÁSTRICA, LEVINE, PVC, Nº 8, LONGA, CERCA 120 CM, SONDA TRATO DIGESTIVO, ORO OU NASOGÁSTRICA, LEVINE, PVC, Nº 10, LONGA, CERCA 120 CM, CATETER PARA DRENAGEM GÁSTRICA, CILINDRO, EM PVC ATÓXICO, TRANSPARENTE, SEM EMENDAS, SONDA TRATO DIGESTIVO, NASOENTERAL, POLIURETANO, Nº 12, MÍNIMO DE 100 CM e etc.) Processo nº. 33409.009810/2021-21. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2022

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 77/2022 no dia 19/09/2022 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar (CONJUNTO PARA PROCEDIMENTOS HEMODINÂMICOS COM MANIFOLD DE 5 VIAS, LINHA DE PRESSÃO E CARTUCHO DESCARTÁVEL COM DUAS TORNEIRAS, EXTENSOR DE EQUIPO, COM 100 CM, KIT DE INSUFLADOR -Y- TORQUER PARA ANGIOPLASTIA, SERINGA DE 150ML, VÁLVULA HEMOSTÁTICA EM Y PARA INTERVENÇÃO CORONARIANA e etc). Processo nº. 33409.009808/2021-51. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

UCRÂNIA

Guerra esgota arsenais europeus; Irã quer comprar caças russos

Chefe da diplomacia da UE (União Europeia), Josep Borrell disse ontem que o bloco precisa redefinir sua política de compras militares porque a Guerra da Ucrânia está "esgotando em grande proporção" os arsenais dos países-membros.

Em outro movimento importante, que demonstra os efeitos da invasão russa nos mercados de defesa, o Irã anunciou que pretende comprar 24 caças avançados Su-35 de Moscou. Os modelos haviam sido construídos para o Egito, mas a ameaça dos EUA de aplicar sanções contra o país árabe o fizeram trocar o avião russo pelo americano F-15.

Com isso, os seis meses de guerra que alteraram a geopolítica europeia e afetam o mundo todo por seus efeitos econômicos, como o corte de gás russo para o continente demonstra, vão criando um novo panorama nas relações internacionais.

"Os estoques militares da maior parte dos Estados-membros [da UE] estão, eu não diria exauridos, mas esgotados em uma grande proporção, porque nós estamos provendo muita capacidade para os ucranianos", afirmou Borrell. "Tem de ser reposto, e a melhor maneira de fazer isso é todos juntos. Será mais barato", afirmou.

Até julho, o bloco havia aprovado o envio de EUR 2,5 bilhões (R$ 12,8 bilhões, no câmbio de hoje) em armas e munições para os ucranianos. A conta não inclui transferências individuais de Estados-membro, como no caso francês. O Reino Unido, que não faz mais parte do clube, também enviou vários sistemas de armas.

Mas o maior fornecedor ucraniano é, claro, a maior potência industrial-militar do mundo, os EUA. Washington já se comprometeu a enviar US$ 13,5 bilhões em armamentos, inclusive sistemas avançados antiaéreos e artilharia de longa distância.